



Número: **0804157-67.2018.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **10/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 4.725,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCIVALTER JOSE DA COSTA (AUTOR)		CLARISSA ROBERTA DIAS CARDOSO (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
14376927	20/05/2018 18:20	Petição Inicial	Petição Inicial
14376931	20/05/2018 18:20	pagamneto lider	Informações Prestadas
14376932	20/05/2018 18:20	bo	Informações Prestadas
14376937	20/05/2018 18:20	hospital de trauma	Informações Prestadas
14376939	20/05/2018 18:20	atendimento hospital	Informações Prestadas
14376942	20/05/2018 18:20	samu	Informações Prestadas
14376944	20/05/2018 18:20	procuração	Procuração
14376945	20/05/2018 18:20	docs pessoais	Documento de Identificação
14376946	20/05/2018 18:20	INICIAL DIFERENÇA	Informações Prestadas
14427867	22/05/2018 16:25	Decisão	Decisão
14620977	04/06/2018 17:09	Mandado	Mandado
18055428	05/12/2018 16:04	Despacho	Despacho
23519951	14/08/2019 16:28	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
23519969	14/08/2019 16:30	Expediente	Expediente
25367096	16/10/2019 16:15	Certidão	Certidão
25367540	16/10/2019 16:15	PETICAO LUCIVALTER JOSE DA COSTA	Laudo Pericial





(1)



Buscar no site



Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE

(/Pages A A ⓘ)

/Acessibilidade.aspx)

(/Pages

/Atalhos-de-

Teclado.aspx)

Nova Consulta

Documentos Despesas Médicas (/Pages /Documentacao-Despesas-Medicass.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages /Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages /Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180167137 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA LUCIVALTER JOSE DA COSTA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE

INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO LUCIVALTER JOSE DA COSTA

CPF/CNPJ: 85880345491

Posição em 08-05-2018 09:50:14

Seu pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
09/05/2018	R\$ 4.725,00	R\$ 0,00	R\$ 4.725,00

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages /Pague-Seguro.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages /Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-

Histórico das correspondências enviadas





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 00580.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00580.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 09:33 horas do dia 26 de março de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Fabiana de Lima Bezerra, Agente de Investigação, matrícula 1819003, ao final assinado, compareceu **Lucivalter Jose da Costa**, CPF nº 858.803.454-91, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Pedreiro, filho(a) de Severina Josefa da Conceição e José Martiniano da Costa, natural de Lagoa do Itaenga/PE, nascido(a) em 14/04/1972 (45 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Cidade de Água Branca, Nº 645, complemento QD. 871, LT. 198, bairro Bairro das Indústrias, tendo como ponto de referência Cagepa, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98791-5751.

Dados do(s) Fatos:

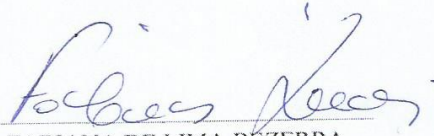
Local: Av. Tancredo Neves, Em Frente Ao Antigo Amarelinho, João Pessoa/PB, bairro Bairro dos Ipês; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 28/09/17 21:40h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

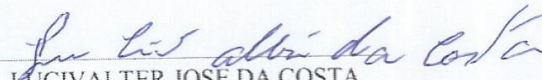
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

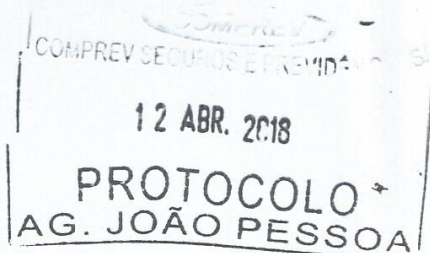
Qua ao atravessar a via para ir ao ponto de ônibus foi atropelado por um CARRO NÃO IDENTIFICADO vindo em decorrência a lesionar-se conforme LAUDO MÉDICO EXPEDIDO PELO DR. GLENER TÊRCIO G. G. DA TRINDADE, CRM 3920, DATADO DE 14.02.2018, do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, para onde foi socorrido(a) pelo SAMU; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 26 de março de 2018.


FABIANA DE LIMA BEZERRA
Agente de Investigação


LUCIVALTER JOSE DA COSTA
Noticiante





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA

LAUDO MÉDICO

OBS: DADOS EXTRAÍDOS DO BE nº 1030726

PACIENTE: LUCIVALTER JOSÉ DA COSTA

DATA DE NASCIMENTO: 14.04.72

Data e Hora do Atendimento: 28.09.17

Horário: 22:29h

MOTIVO(S) DO ATENDIMENTO: Paciente deu entrada neste hospital vítima de atropelamento queixando de trauma importante na perna direita acompanhado de dor e limitação de movimentos. Atendido pelo Dr. Jose Martinho Pontes CRM 4719, Dra. Rhaissa Assunção CRM 9963.

DIAGNÓSTICO INICIAL: FRATURA DA PERNA DIREITA CID 10 S 82 9

RESUMO DOS PRINCIPAIS EXAMES E PROCEDIMENTO(S) REALIZADO(S):
Primeiro atendimento, avaliação da traumatologia, Rx da perna direita AP e Perfil, Tomografia computadorizada de crânio e tratamento conservador com imobilização com encaminhamento para o ORTOTRAUMA.

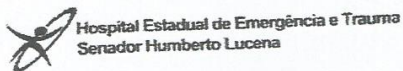
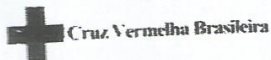
ALTA HOSPITALAR: 29.09.17 às 0:25h

Data da Emissão: 14.02.18

Dr. Glender Tércio G. G. da Trindade
Médico Auditor - HETSHL
Mat. 29.031-9/ CRM- 3920

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar
Para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.





AV. ORESTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1030726



Identificação do paciente			
ID 518287	Nome LUCIVALTER JOSE DA COSTA	Sexo Masculino	
Data de nascimento 14/04/1972	Idade 45 anos 5 meses 14 dias	Estado civil SOLTEIRO(A)	Religião CATOLICA
Mãe SEVERINA JOSEFA DA CONCEICAO	Pai JOSE MARTINIANO DA COSTA	Prontuário	
Escolaridade FUNDAMENTAL INCOMPLETO	Responsável (Parentesco) O MESMO		
DDD Móvel 83	Fone Móvel 87994760	DDD Fixo	Fone Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 3325823PB	Nº Cns 898003303626555	
Local de procedência BAIRRO DOS IPES	Tipo BAIRRO	UF PB	
Email	Naturalidade LAGOA DE ITAENGA	CBO/R	
Endereço			
CEP 58028840	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro PRESIDENTE TANCREDO NEVES
Número 135	Complemento	Bairro IPES	
Admissão			
Data e Hora 28/09/2017 22:29:31	Número da pulseira 1000005987435	Convênio SUS	
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clinica		
Classificação de risco	Origem do paciente RUA		
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ATROPELAMENTO	Detalhe do acidente MOTO X PEDESTRE	
Indicadores e Transporte			
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte SAMU	Quem transportou		
Sinais Vitais			
PA x mmHg	Pulso	Temperatura	
Exames complementares			
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []
			Liquor []
			ECG []
			Ultrasonografia []
Dados clínicos 28/09/17 Paciente deu entrada neste setor vítima de atropelamento. No momento consciente e orientado, porém ingênuo, bebendo alcoolizados. Me de uso CPM e encaminhado ao CDA.			
Diagnóstico			
Atendido por JOSE MARCIO BATISTA DA SILVA			
Imprimir			
TOMOGRAFIA			
Tempo 52seg			
EVALUADO			
DATA ... 28/09/17			
HORA ...			
NOME TEC. RAD. ...			
ASS. ...			

28/09/2017 22:





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



CNPJ 08.806.754/0015-40
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Diógenes Chianca, 1777
Água Fria - CEP 58053-900
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

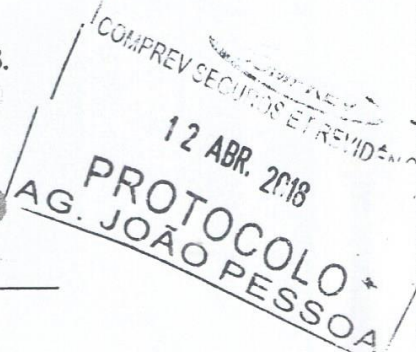
O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 801/027, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 1835884, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente LUCIVALTER JOSE DA COSTA idade 45 anos, vítima de **Acidente de Trânsito (Atropelamento)** no dia 28/09/2017, na Av. Tancredo Neves, Bairro: Ipês - João Pessoa - aproximadamente às 21:40 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 15 de Janeiro de 2018.

Jefferson da Rocha Augusto
Estatístico
CRE/5ª Região: 10171

Jefferson da Rocha Augusto
Matrícula: 67.155-6
Coordenação do SAME
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA



Rua: Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – CEP: 58053-900 – João Pessoa – PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: *Lucivalter José da Costa, married
casada Patricia do Rê de nº. 33255823 SS
CPF 858 803 451 91 married
presente em Rua 02 de outubro 34 Mangabeira*

OUTORGADO:

CLARISSA ROBERTA DIAS CARDOSO, brasileira, casada, Advogada, inscrita na OAB/PB 14.138, **IZAURA FALCÃO DE CARVALHO E MORAIS SANTANA**, brasileira, casada, Advogada, inscrita na OAB/PB 9271, todas com escritório profissional situado na Rua Treze de Maio, 721, Centro, João Pessoa/PB.

PODERES:

Para o foro em geral com a cláusula *ad judicium*, para propor contra quem de direito as ações competentes, defender nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais, acompanhando em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, até final decisão, em quaisquer ações que o outorgante figure como autor, réu, assistente ou oponente, usando os poderes podendo firmar acordos ou compromissos e TRANSIGIR, bem como receber CITAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÕES, podendo praticar também atos extrajudiciais de representação e defesa, em especial com poderes para confessar, desistir, transigir, firmar compromisso ou acordos, reconhecer a procedência do pedido, renunciar o direito ao qual se funda a ação, receber e dar quitação, abrir conta em banco, arrematar, adjudicar, renunciar a direitos, permutar, requerer e receber alvará judicial, endossar cheques, gravar bens, prestar contas, agindo em conjunto ou separadamente, podendo substabelecer, com ou sem reservas de poderes, dando tudo por firme, certo e valioso. Pedir os benefícios da Lei Nº 1060 de 1950 (se necessário). E ainda se compromete a pagar 20% de honorários advocatícios sobre o valor que o outorgante venha a receber.

Dispensado o reconhecimento de firma, em virtude dos termos do art. 1º da Lei nº. 8.952/94.

Lucivalter José da Costa, 22 de Junho de 2017

Lucivalter José da Costa
OUTORGANTE



COMPREV SECURIS ET REVIDENDUM
12 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



CARDOSO E FALCÃO ADVOGADAS ASSOCIADAS
Rua Treze de Maio, n.º 697, Centro, João Pessoa – PB
Fones: 3221-0052 8844-7962 8712-8589
cardosoefalcaoadv@hotmail.com

Excelentíssimo (a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da da Comarca
de João Pessoa PB

**1) REQUERIMENTOS
PRELIMINARES:**

Justiça Gratuita,
com supedâneo na Lei
1.060/50 e Súmula 29 do
TJPB, por ser, a parte
autora, desprovida de
condições para as despesas
processuais.

**LUCIVALTER JOSE DA COSTA brasileiro, solteiro, pedreiro , portadora do
RG de Nº /PB e CPF de nº 85880345491 residente e domiciliada no Rua: a
Rua : Cidade de Água Branca 645 Bairro das industrias João Pessoa PB**

por suas advogadas que esta subscrevem, conforme instrumento procuratório incluso,
podendo receber intimações e notificações na **Rua Treze de Maio, 791 – Centro – JOÃO
PESSOA PB – CEP 58013-072** vem, mui respeitosamente, perante V.Exa., com supedâneo
na Lei 6.194/74 e demais legislações pertinentes, ajuizar a presente **Ação de**

**COBRANÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS-
DPVAT (COBRANÇA DA DIFERENÇA)**

EM FACE DE :

**PORTO SEGURO S.A pessoa jurídica de direito privado,
devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.198.164/0001-
60 podendo ser citada na Av: R: João Bernardo de Albuquerque
nº 62 Tambia CEP 58020565 / (83) 21077900 João Pessoa/PB /**



...

DOS FATOS

...

- Na data de 28/09/ 2017 promovente foi vítima de acidente automobilístico conforme inclusos Boletim de Acidente de Transito, Socorro do SAMU E LAUDO MEDICO do HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA COM DIAGNOSTICO INICIAL DE FRATURA DE PERNA DIREITA ENTRE OUTROS.
- Por não se conformar com a avaliação administrativa da seguradora que quantificou sua lesão de membro em R\$ 4.725,00 , quando a lei é clara em quantificar o membro tanto superior quanto inferior em R\$ 9.450.00 procura o promovente uma decisão imparcial e esclarecedora, pois o mesma não teve acesso a sua pericia

- **DAS PRELIMINARES**

- É praxe das Seguradoras, em Contestação, arguirem preliminares sobre as quais aqui se antecipa a devida manifestação:
- **Ilegitimidade passiva**: *Todas as seguradoras, inclusive a Demandada, formam um consócio (NÃO EXTINTO), instituído pelo Art. 7º da Lei 6.194/74, ao qual se vinculam e em que se obrigam, todas, a efetuarem o pagamento do DPVAT. Tal entendimento se confirma com Decisões do TJRN nas Apelações Cíveis nº 2010.001747-7 e 2010.001758-7 que tem a Demandada como Apelada: “Inocorrência. Consórcio de seguradoras. Parte legítima. Nulidade da sentença. retorno dos autos à primeira instância. Recurso conhecido e provido.” e “... reformando a sentença atacada, para afastar a ilegitimidade passiva da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A.”*

***Carência de ação – Falta de interesse de agir**: A parte Autora não está obrigada a, primeiro, buscar Prévio Procedimento Administrativo uma vez que o texto constitucional em seu Art. 5º, XXXV não impõe nenhum condicionamento, muito menos esse, para que seja excluída, da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito seu. No mesmo sentido, em Ementa na Apelação 2009.006430-0 (Apelada: a mesma Demandada), assim decidiu o TJRN: “O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstaculiza o ingresso em juízo...”.



Conquanto a presente exposição, ainda há magistrados que intimam a Parte Autora para provar **pretensão resistida**, o que, neste item, data vênua, bem esclarecido se apresenta (CF e Ementas) a desnecessidade de tal prova, vez que foi demonstrado, acima, que não é exigido a busca do prévio processo administrativo para, depois, buscar a Prestação jurisdicional do Estado. **MAS NA PRESENTE DEMANDA O PROMOVENTE JÁ REQUEREU ADMINISTRATIVAMENTE SINISTRO DE Nº 3180167137(ANEXO) E TEVE A DEBILIDADE DE SEU MEMBRO AVALIADA EM R\$4.725,00 (QUATRO MIL SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS) após juntar todos os Documentos Indispensáveis** e se submeter a perícia onde não tem acesso ao que foi avaliado, Toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 foi carreada com a Exordial, aos autos, com exceção do Laudo Médico, sendo que, com o **deferimento do pedido na Inicial para encaminhamento à Perícia Médica, suprir-se-á tal lacuna.**

- **Megadata**: Tal suposto documento nenhum valor jurídico tem, pois não passa de mero espelho de computador, sem prova alguma de efetivação de pagamento de DPVAT.
- **Prescrição**: O prazo prescricional começa sua contagem a partir do resultado positivo do Exame Pericial. Assim corrobora a Súmula 278 do STJ: “*o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral*”. No presente caso o prazo foi interrompido em , data em que a Demandada efetuou o pagamento a menor, conforme itens 3/4 abaixo.

Assim, requer que sejam, as preliminares suscitadas na Contestação, consideradas impugnadas na forma acima exposta, sem a necessidade de nova manifestação, com exceção de outras aqui não elencadas, com a rejeição de todas.

III- **DO DANO MATERIAL**:

- Determina o Código Civil nos artigos 876 e 884 do Código Civil, *ipsis litteris*:

“Art. 876. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe



àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição”.

Art. 884. “Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita à atualização dos valores monetários”.

IV- DO DIREITO QUE É ATE R\$ 13.500,00, no caso MEMEBRO A LEI DESCREVE O VALOR DE R\$ 9.450,00

No presente caso a tabela do DPVAT que fala das debilidades é clara ao quantificar o valor do membro em R\$9.450,00 (Nove mil quatrocentos e cinquenta reais) O PROMOVENTE que hoje deambula, com marcha claudicante e não tem força tanto no membro quanto no PE direito, sem conseguir colocar o peso do corpo nesta perna AO SE SUBMETTER A PERICIA DA SEGURADORA TEVE SUA DEBILIDADE ATESTADA EM R\$ 4.725,00 (QUATRO MIL SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS) , já que a sua debilidade foi no membro direito, peria esta que o promovente discorda.

- Quanto ao Direito á percepção do seguro, a Lei n. 6.194/74, art. 5º, preceitua que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

- Infere-se no dispositivo legal infra-citado que a indenização será devida mediante a “**SIMPLES**” ocorrência do acidente e do “**DANO**”.
- Tem sido comum a alguns órgãos regionais do IML se negar a proceder o exigido exame médico, mesmo quando a vítima é encaminhada pelo Juiz, o que pode ser passivo de intervenção no Estado por descumprimento da Lei Federal, a de nº 11.945/2009, que, em seu Art. 31 altera o § 5º do Art. 5º da Lei 6.194/74 o qual passa a textualizar:



“§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.”

V DO PEDIDO

PELO EXPOSTO, com fundamento nos arts. 3º e 5º II da Lei 6.194/74, requer a procedência da presente demanda em todos os seus pedidos, para condenar a Demandada no pagamento do valor da diferença de **R\$ 4.725,00** (Quatro mil setecentos e vinte e cinco Reais) referente a indenização do seguro DPVAT, INVALIDEZ em face de debilidade permanente sofrida pela Parte Autora (conforme exposto no retro item “1”) adquirida através de sinistro de acidente de trânsito

- *Ab initio*, deferimento da(s) preliminar(es) prefacial(is) (*1ª pág. da presente*);
- Citação da Promovida **através de AR (Correios - Art. 221 I do CPC)** no endereço retro declinado, para, no prazo legal determinado, sob pena de revelia e confissão, apresentar proposta de **acordo e/ou contestação**;
- Para cumprimento do disposto no Art. 5º - § 5º da Lei do DPVAT, com as alterações introduzidas pelo Art. 31 da Lei 11.945/09, **requer seu encaminhamento para o IML Local/ ou SE MARQUE PERICIA COM PROFISSIONAL A ESCOLHA DE VOSSA EXCELENCIA**, o qual tem a obrigação de, consoante o citado dispositivo legal, verificar e quantificar as lesões sofridas pela vítima (item 1 da Exordial). Para tanto, apresenta, ao final, seus quesitos, dispensando indicação de assistente técnico.
- Acordo e/ou Contestação apresentados pela Demandada, Manifestação antecipada sobre preliminares (retro item “2”) e juntado o Laudo de Exame Médico advindo do deferimento do requerido na retro alínea “c” e, ainda, considerando que toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 já foi anexada à Exordial, o processo há de ser considerado devidamente saneado (sem nenhuma outra prova a produzir), razão por que a Parte Autora, entendendo que há de se velar pela celeridade processual (Art. 125, II do CPC) e evitar diligências inúteis ou meramente protelatórias (Art. 130 CPC), **requer a supressão de audiência**, visando maior fluidez e celeridade aos autos, o que não produzirá prejuízo à Demandada. Porém, se assim não entender esse juízo, **requer que a audiência seja UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento na mesma assentada)**.
- Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos à data do sinistro;
- Seja, a demandada, condenada no pagamento de honorários advocatícios em 20% sobre o valor sentenciado, mais custas processuais e demais emolumentos.



Dá, à presente, o valor de R\$ 4.725,00

Nestes Termos,
Pede e Espera deferimento

João Pessoa 21 de maio de 2018.

Clarissa Roberta D. Cardoso
OAB 14138

Q U E S I T O S

Seqüela de/no(a):

- Das lesões sofridas houve seqüelas permanentes? ()
- Qual o grau de debilidade? _____



PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0804157-67.2018.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)
ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: LUCIVALTER JOSE DA COSTA
Advogado do(a) AUTOR: CLARISSA ROBERTA DIAS CARDOSO - PB0014138

RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Advogado do(a) RÉU:

DECISÃO

Vistos.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera que o autor de ação para receber o seguro DPVAT pode escolher entre qualquer dos foros possíveis para ajuizamento de ação decorrente de acidente de veículo: o do local do acidente, de seu domicílio ou ainda do domicílio do réu.

O autor tem domicílio no bairro das Indústrias, o réu no Tambiá, enquanto que o acidente ocorreu em no bairro dos Ipês.

A competência regionalizada na lei de organização judiciária é do juízo, isto é, competência funcional, pois corresponde à divisão interna das atribuições entre os vários juízos da mesma comarca.

A propósito do assunto, o TJRS já decidiu assim: “Na comarca da capital, a repartição dos feitos entre o foro centralizado e os foros regionais é motivada em razões de ordem pública, autorizados os juízes a, de ofício, declinar da competência entre os referidos foros, obedecidos os preceitos do COJE e dos artigos 94 e 111 do CPC”.

Ante o exposto, não estando os bairros da parte autora, da parte ré e do local do acidente no rol dos bairros sob a jurisdição do Foro Regional, nos termos da Resolução nº 55/TJPB, reconheço a incompetência absoluta deste juízo, e determino sejam os autos remetidos à Distribuição do Fórum Central, para o devido sorteio.

Intime-se a parte autora acerca desta decisão, e remetam-se os autos.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito





1ª Vara Regional de Mangabeira

R HILTON SOUTO MAIOR, S/N, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58055-018
JOÃO PESSOA
(PB)

Nº do processo: 0804157-67.2018.8.15.2003
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

O MM. Juiz de Direito da vara supra manda que, em cumprimento a este, intime o(a) advogado(a) da autora da Decisão prolatada
n e s t e s a u t o s .
Prazo: 15 dias

Advogado: CLARISSA ROBERTA DIAS CARDOSO OAB: PB0014138 Endereço: desconhecido

JOÃO PESSOA, em 4 de junho de 2018.

De ordem, LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Mat. 476.603-2

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

18052216252310600000014081346





Poder Judiciário da Paraíba
Comarca da Capital
7 Vara Cível

DESPACHO

Vistos, etc.

Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT, **determino a designação de audiência para a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.

Para tanto, determino a escrivania a nomeação perito judicial constante dos quadros do Tribunal de Justiça, nos termos da Cláusula primeira, item 1.2, que deverá ser intimado para comparecer a audiência e realização da perícia, ficando facultado às partes a indicação de assistentes de perito, nos termos do Convênio.

O valor da perícia será de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser pago pela Seguradora, no prazo de 15 dias, a partir da intimação e antes da audiência.

Intime-se o autor para comparecimento, na pessoa de seu advogado, art. 334, § 3º, do NCPC;

P. e Intimem-se as partes, devendo o Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

João Pessoa, 29 de novembro de 2018.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

0804157-67.2018.8.15.2003 [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ATO ORDINATÓRIO

Intimo o **PERITO Dr. ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIO**, CRM PB 5453, para realizar as Perícias.

Intimo a parte autora através do seu o advogado para comparecer a perícia médica no dia 20/09/2019, a partir das 15:00 horas, por ordem de chegada, no endereço *Rua Manoel Bezerra Cavalcante, 47, Manaíra* (Ponto de referencia em frente a praça Sílvio Porto) SOS otorrino, Fone: 83-3247 - 6465, CEP.: 58.038-500, João Pessoa – PB, devendo apresentar-se **portando documento pessoal com foto, copiasdo boletim de ocorrência policial e doatendimento médico inicial, no dia da perícia**

João Pessoa-PB, em 14 de agosto de 2019

MARIA JANDIRA UGULINO NETA

Analista/Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

0804157-67.2018.8.15.2003 [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ATO ORDINATÓRIO

Intimo o **PERITO Dr. ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIO**, CRM PB 5453, para realizar as Perícias.

Intimo a parte autora através do seu o advogado para comparecer a perícia médica no dia 20/09/2019, a partir das 15:00 horas, por ordem de chegada, no endereço *Rua Manoel Bezerra Cavalcante, 47, Manaíra* (Ponto de referencia em frente a praça Sílvio Porto) SOS otorrino, Fone: 83-3247 - 6465, CEP.: 58.038-500, João Pessoa – PB, devendo apresentar-se **portando documento pessoal com foto, copiasdo boletim de ocorrência policial e doatendimento médico inicial, no dia da perícia**

João Pessoa-PB, em 14 de agosto de 2019

MARIA JANDIRA UGULINO NETA

Analista/Técnico Judiciário





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
7ª Vara Cível da Capital**

PROCESSO Nº 0804157-67.2018.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: LUCIVALTER JOSE DA COSTA
RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA a pericia aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

7ª Vara Cível da Capital-Pb, 16 de outubro de 2019.

ROSSANA COELI MARQUES BATISTA

Técnico Judiciário



EXM^o. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7^a VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA -
TJPB

PROCESSO: nº. 0804157-67.2018.8.15.2003

Reclamante: LUCIVALTER JOSÉ DA COSTA

Reclamado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS

ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIOR, brasileiro, casado, médico perito, com título de especialista pela AMB (Associação Médica Brasileira) em PERÍCIAS MÉDICAS, inscrito no CRM/PB sob o nº 5453, vem, com o devido respeito, participar à Vossa Excelência o laudo pericial do reclamante em epígrafe ao mesmo tempo que solicita o pagamento dos honorários periciais via depósito bancário em conta corrente do Banco do Brasil, agência 8632-0, conta corrente 111159-0, e informa que já contribui sobre o teto do INSS e do ISS.

Nestes termos,

Pede deferimento

João Pessoa, 7 de outubro de 2019


ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIOR

CRM/PB 5453



7 de outubro de 2019

PERÍCIA MÉDICA

PROCESSO: nº. 0804157-67.2018.8.15.2003

Reclamante: LUCIVALTER JOSÉ DA COSTA

Reclamado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS

Em 20 de setembro de 2019 compareceu ao consultório médico o Sr. LUCIVALTER JOSÉ DA COSTA para realização da perícia médica, com laudo em formulário próprio anexo a este documento onde constatei:

- LIMITAÇÃO FUNCIONAL PARCIAL DO MEMBRO INFERIOR DIREITO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO LEVANDO A PERDA FUNCIONAL PARCIAL INCOMPLETA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO DA ORDEM DE 10% (RESIDUAL).

ÁLVARO WITORINO DE PONTES JÚNIOR

CRM/PB 5453

